

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2001

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada** (4.ª Revisão – 1997).
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído, também, por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas de opção.
- Nos Grupos I e IV dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens ou temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

V.S.F.F.

129/1

I

Após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só os quatro primeiros serão classificados.

Onde os direitos civis e sociais vigoram constitucionalmente, os cidadãos não precisam de os exercer de forma activa e, caso sejam discriminados, podem recorrer às instâncias encarregadas de velar pela sua aplicação. Já o mesmo não sucede com os direitos políticos propriamente ditos. Os cidadãos podem usufruir, formalmente, da liberdade de expressão e associação, bem como do direito de eleger e ser eleito para todos os cargos representativos, sem todavia exercerem plenamente esses direitos.

M. Vilaverde Cabral, «Cidadania Política em Portugal»,
Le Monde Diplomatique, n.º 6, Setembro 1999

1. Direitos civis e sociais fazem parte do Direito positivo português.
Defina Direito positivo.
2. A Constituição da República Portuguesa consagra direitos fundamentais que devem ser respeitados pela lei ordinária.
Refira em que consiste o princípio da hierarquia das leis.
3. De uma lei que não respeite os princípios consignados na Constituição diz-se que é inconstitucional.
Mencione os tipos de inconstitucionalidade por acção.
4. Os tribunais constituem instâncias privilegiadas para velar pela aplicação dos direitos dos cidadãos.
Indique, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, os restantes órgãos de soberania.
5. A Constituição prevê o direito de o cidadão eleger e ser eleito para cargos representativos.
Refira em que consiste o sufrágio universal, secreto e directo.

II

O texto seguinte evidencia a necessidade de mecanismos legais que protejam os interesses dos vendedores nos leilões.

A venda de uma peça em leilão está longe de ser um processo simples e sem riscos, nomeadamente, quando se verifica o recurso às tecnologias de informação, na licitação. Pode, assim, transformar-se num verdadeiro pesadelo, devido à inexistência de mecanismos legais que protejam os interesses dos vendedores, que se vêem impossibilitados de efectuar a cobrança coerciva do preço do objecto leiloado.

Expresso, 1999.11.03 (adaptado)

1. A falta de leis que protejam quem vende nos leilões gera insegurança.
Indique duas manifestações do valor Segurança.
2. A inexistência de mecanismos legais aplicáveis a situações como a referida no texto significa que estamos perante lacunas da lei.
Explique, de acordo com o direito português, os processos de integração das lacunas da lei.
3. **Mostre**, com base no texto, que a evolução social pode originar lacunas da lei.

III

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil:

Art.º 502.º do Código Civil

Quem no seu próprio interesse utilizar animais responde pelos danos que eles causarem, desde que os danos resultem do perigo especial que envolve a sua utilização.

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

Inês, de 13 anos, passeava no parque quando foi mordida por um cão da raça lobo de Alsácia, ficando bastante ferida. O ferimento causou-lhe danos vários, quer pessoais, quer patrimoniais. Os pais da Inês querem que a dona do cão, Maria, seja obrigada a pagar-lhes uma indemnização, alegando que ela é responsável civilmente pelos danos causados pelo cão. Nesse sentido, vão interpor uma acção em tribunal.

1. **Refira** a finalidade da responsabilidade civil.
2. **Explique** por que razão, na situação referida no texto, são os pais da Inês, e não esta, a interpor a acção em tribunal.
3. **Justifique**, com base no artigo transcrito e tendo em consideração o tipo de responsabilidade em que Maria incorre, se os pais da Inês terão direito à indemnização pedida.

V.S.F.F.

IV

O **GRUPO IV** é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

Vivemos mergulhados no Direito como no ar que respiramos e também sofremos com tanta poluição... Perceber o Direito em que vivemos é, evidentemente e contra todas as aparências, um exercício útil e agradável. As transplantações, a procriação artificial, a manutenção da vida assistida, a despistagem genética das doenças são alguns dos campos em que podemos assistir e participar na sempre aliciante construção do Direito. Mas também os despejos ou os divórcios levantam importantes questões que, antes, durante e depois de serem jurídicas, são essenciais para o nosso dia-a-dia.

F. Teixeira da Mota, *Escrever Direito*, Contexto, Lisboa, 1992

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- relação entre ordem jurídica e ordem social;
- emergência de novos ramos do Direito.

TEMA B

No nosso sistema constitucional, baseado na separação de poderes e na independência parlamentar, o Presidente da República não pode impor a sua presença na Assembleia da República. Torna-se necessário um «convite» parlamentar. O Presidente exprimiu, mais uma vez, as suas inquietações quanto às deficiências do nosso sistema democrático, defendendo a reforma do sistema político, em nome dos valores republicanos da cidadania activa e da responsabilidade política. Traçou, mais rigorosamente, o seu entendimento do papel constitucional do cargo presidencial, balizado, por um lado, pelo respeito da reserva de funções do Governo e da Assembleia da República e, por outro lado, pelo seu próprio papel de garante do regular funcionamento do sistema.

Público, 1999.11.23 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o sistema constitucional português, baseado na separação de poderes;
- o papel do Presidente da República como garante do funcionamento das instituições.

FIM

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
Grupo I (4 × 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou tema B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**